

Uma associação de defesa do património: ASPA, 37 anos ao serviço de Braga e do Minho

Eduardo Pires de OLIVEIRA¹
Henrique Barreto NUNES²

O respeito pelo passado, pelos valores mais importantes, sobretudo os materiais, arquitectónicos ou arqueológicos, parece ter centenas de anos em Braga. Estamos-nos a lembrar da recolha que o arcebispo D. Diogo de Sousa fez de uns tantos marcos miliários que estavam colocados nas margens de algumas das vias romanas que chegavam a Braga. Os conceitos eram então diferentes, a recolha estava ainda à frente do estudo, razão pela qual não foram guardadas informações sobre os locais de origem.

Com esta atitude D. Diogo de Sousa mostrou ser um humanista que estava a par do que se fazia na Itália renascentista que conheceu. Hoje lamentamos a retirada do lugar de origem, mas esta questão levanta outra que é eterna: se tivessem continuado no local será que ainda existiriam? A verdade é que todos nós conhecemos atitudes similares que foram acontecendo ao longo dos séculos, mesmo em pleno século XX, veja-se, por exemplo, a Exposição Mariana de Braga, de 1956, realizada com imagens recolhidas por toda a arquidiocese e depois depositadas no Museu arquidiocesano, o Pio XII. Se não se tivesse tomado esta atitude – à revelia dos párocos, diga-se – quantas delas não teriam desaparecido?

Voltemos, porém, a D. Diogo de Sousa e levantemos agora outra questão: a atitude de recolha daquelas pedras epigrafadas teve algum eco junto da população? Ou foi antes uma atitude individual, uma atitude de um homem que tinha uma cultura muito superior à dos seus cidadãos? Pensamos que efectivamente foi um acto individual, que a cidade não o secundou. A esse nível são notáveis as palavras de Jerónimo Contador de Argote dois séculos mais tarde, na sua obra *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Arcebispado de Braga...*, no primeiro volume, datado de 1732:

He notável a incúria, e descuido dos nossos Portuguezes em procurar, e fazer manifestas ao publico as antiguidades do seu paiz, e tão grande, que nem ainda

¹ epoeduardo@gmail.com

² hbn13@gmail.com

compelidos da sua grandeza, e liberalidade do nosso Augusto Monarcha, tem dado satisfação às ordens, que se mandarão às Camaras, ministros Ecclesiasticos, e seculares de todo o Reyno, para efeito de manifestarem à Academia Real todas as que existissem, e de que tivessem noticia. Antes me consta he tal a malicia de alguns rusticos, que vendo, que procurarão as pedras, e Inscriptçoens Romanas, que existem, com ordem de Justiça, imaginando, que isto se faz para achar tesouros, encombrem quanto podem a noticia de taes pedras, com a ambição de serem eles os que se aproveitem das imaginarias riquezas...

Argote não conhecia bem apenas a realidade bracarense. Embora esta seja uma obra sobre Braga, na realidade ele fala sobre o país, mede todos pela mesma bitola, a defesa dos vestígios do passado é apenas um atributo a que respondem uma meia dúzia de mentes esclarecidas, sendo que nesta data em Braga se deve falar do nome de Valério Pinto de Sá, um homem que escreveu várias obras que, significativamente, ficaram todas manuscritas. Lembramos também que nessa época apareceram em Braga um conjunto notável de peças em prata que o memorialista bracarense Manuel José da Silva Thadim³ deixou notícia, peças que hoje estariam expostas em qualquer museu português se tivessem sido conservadas, mas não foi esse o seu destino, numa altura em que as moedas de prata romanas também tinham algum curso na cidade, valendo pelo seu valor como metal nobre, o que chegou motivar pelo menos um processo em tribunal⁴.

Pode dizer-se que o interesse da cidade na manutenção do seu património teve paralelo com o da criação de um museu, uma estrutura muito desejada porque nela poderiam ser recolhidas as antiguidades romanas existentes na cidade, bem como outras que também fossem notáveis. Um museu que no século XIX a Câmara Municipal várias vezes se comprometeu a levar avante, chegando mesmo a ser feito um projecto para um edifício próprio, mas que na realidade não passaria de um barracão, estrategicamente situado num dos jardins públicos da cidade, o das Carvalheiras, onde desde 1769 se encontravam dispersas muitas epígrafes romanas, a decorar o jardim ali existente. Seria, contudo, um local onde se poderiam guardar peças de vulto, onde seria difícil expor peças de pequena dimensão, como fragmentos cerâmicos ou de vidro. Mas acima de tudo, e isso é que é importante neste momento salientar, esta era uma luta que era travada por alguns intelectuais, como Pereira Caldas, Martins Capela, José Machado e mais um ou dois nomes e não pelos cidadãos bracarenses.

A verdade é que a cidade não estava desperta, não se importava com o passado, nem mesmo os cónegos da Sé de Braga que em 1877 acharam bem que se destruísse o imponente retábulo pétreo da capela-mor da Sé, do tempo de D. Diogo de Sousa, trocando-o por outro muito vistoso feito de madeira e tecido⁵, da mesma forma que uns anos mais tarde, em 1907, quase ninguém se opôs a que Albano Belino deixasse

³ Também referido em THADIM, Manuel José da Silva – *Diario bracarense das Epocas, Fastos e Annaes mais remarcaveis...* (ADB. Ms 1054,

⁴ ADB. Nota do Tabelaio Geral, vol. 776, fls. 195-195v, 4 de Junho de 1776: *Perdão que dá Francisco Pires, morador na rua de Águas desta cidade, a Salvador Luis Pereira, ourives, da rua dos Gatos, desta mesma cidade.*

⁵ “Commércio do Minho “, Braga, 19 de Maio de 1877.

no seu testamento à Sociedade Martins Sarmento, de Guimarães, a importantíssima coleção de epígrafes e outros artefactos arqueológicos que recolhera não só na cidade e arredores de Braga, mas também noutros locais do Norte do país.

Um pouco diferente é a questão da destruição, em 1905, da cidadela, o vestígio mais importante do velho castelo da cidade.

Aqui ainda se esboçou uma luta, conduzida por Manuel Monteiro, quase parecendo um contraponto entre uma nova forma de sentir, a republicana, contra outra velha de séculos, a monárquica. A verdade não era, porém, esta. É certo que Manuel Monteiro se movimentava muito bem, que soube atrair a esta causa uma série de personalidades nacionais, sendo os nomes mais sonantes José Leite de Vasconcelos e Augusto Fuschini. Mas quantos seriam efectivamente os bracarenses que estavam a seu lado?

Uns oito anos mais tarde, Manuel Monteiro encetou nova luta, agora para impedir a ideia de Júlio Dantas, então responsável por pelos arquivos nacionais, de levar para Lisboa as maiores preciosidades documentais de Braga. E de novo voltou a ter sucesso, embora agora fosse mais fácil porque ele era, então, a personalidade política mais importante de Braga.

Há dois factores muito importante nestas duas atitudes: (1) pela primeira vez se afrontam decididamente os poderes públicos e (2) usa-se a imprensa para divulgar estas atitudes de defesa do património, algo que mais tarde seria seguido até à exaustão pela ASPA. Mas a verdade é que a cidade não colheu o exemplo daquelas atitudes, embora se não possa deixar de referir a importantíssima acção do cónego Manuel Aguiar Barreiros no Seminário de Braga na formação dos futuros padres, sendo mesmo autor, em 1917, de um manual, os “*Elementos de Archeologia e Bellas-Artes*” que teve várias edições posteriores. Foi de tal forma importante a atitude deste cónego, sobretudo enquanto professor do Seminário Conciliar, que nas décadas de 1970 e 1980 várias pessoas nos disseram que havia uma diferença brutal na qualidade – no que tocava a atitudes de preservação e respeito pelo património religioso – entre os padres que saíam do seminário nos anos 20 e 30 e os daqueles anos. E o mesmo se poderá dizer em relação ao presente, salvo sempre uma ou outra excepção.

Ou seja, o respeito pelo passado não era algo que a população de cidade sentisse: era apenas pontualmente exercido por algumas pessoas.

Nas décadas de 1950 e 1960 Braga teve um vereador que lutou como poucos para que o passado de Braga fosse conhecido, embora com ênfase apenas no conhecimento histórico. Esse homem, Sérgio da Silva Pinto, que também foi professor nesta casa, organizou uma série de congressos memoráveis cujas actas foram sempre rapidamente publicadas. Foi um trabalho muito importante, sem dúvida, não só para o conhecimento da História da Cidade mas também do país.

Mas a verdade é que nada se fazia para passar essa cultura para a população em geral. Ainda me lembro, tinha eu então 16 ou 17 anos, de estar no Salão Nobre da Câmara Municipal para ouvir uma conferência sobre o repovoamento da cidade medieval e sermos apenas uma meia dúzia de gatos-pingados na sala. A certo momento, para nosso espanto, entraram carradas de rapazes novos vestidos de negro e a sala compôs-se: eram os alunos do seminário que, vim então a saber, eram o recurso contínuo para que os conferencistas não tivessem a tristeza de falar perante um auditório quase às moscas.

Não havia, portanto, um trabalho de base a atrair a população de Braga para

actividades culturais, actividades, diga-se, que até iam acontecendo. Mas eram sempre dirigidas a um público restrito, selecto, para utilizar uma expressão usada naqueles tempos, expressão que só por si já nos mostra que apenas se pretendia atingir uma parte muito, muito reduzida das gentes da cidade

O trabalho que a edilidade seguia era de carácter livresco, elitista. Não havia uma intervenção decidida em passar a informação a todos. Como também não havia um cuidado em tentar preservar o passado, invisível mas previsível, da cidade romana de Bracara Augusta, passado que se sabia ter sido extraordinário e que vivia de uma ou outra ruína, como a Fonte do Ídolo.

Em Braga, para a edilidade, era mais importante fazer escavações no Alto de Santa Marta das Cortiças do que tentar pelo menos fazer trabalhos de reconhecimento na área da Cidade e Maximinos, isto é, nos terrenos onde se implantara a cidade romana, a grande Bracara Augusta. E nem uma escavação bem sucedida levada a cabo por nós no ano de 1968, bem sucedida porque resultou na descoberta de estruturas de grande monumentalidade, as da chamada Casa do Poço, fez com que a Câmara mudasse a sua atitude: as estruturas descobertas foram *naturalmente* destruídas e no seu lugar foi construída mais uma incaracterística vivenda. Esta era a atitude corrente em Braga, num período em que, porém, se não podem deixar de lembrar os nomes dos Cónegos Arlindo Ribeiro da Cunha e Luciano Afonso dos Santos, do Prof. J. J. Rigaud de Sousa e do Dr. Egidio Guimarães.

Não foi portanto de estranhar ver-se um dia, em 1965 ou 1966, um buldózer a rasgar os terrenos da chamada colina de Maximinos, nem que por todo o lado aparecessem quantidades impressionantes de pedra aparelhada, de cerâmicas e moedas antigas, de restos de muros e até epígrafes. A Câmara e os promotores imobiliários envolvidos só estavam interessados em criar novas ruas, novas urbanizações. Para respeitar o passado bastaria apenas recolher uns tantos achados que as máquinas, brutais, pusessem a descoberto. Se aparecessem inteiros, melhor, senão paciência, não se podia entrar o progresso. Claro que seria também importante recolher o máximo de informações sobre esses locais; mas a preservação dos vestígios não estava contemplada, nem sequer daqueles que apresentassem uma certa monumentalidade, que pudessem servir de modelo aos estudantes das escolas e liceus da cidade ou, até, dos turistas. Bracara Augusta fora uma cidade chave da Península Ibérica no tempo dos romanos; mas naquele tempo, no terceiro quartel do séc. XX bastava que isso estivesse registado em papel.

Quase se poderá dizer que o 25 de Abril surgiu na melhor altura pois ainda foi possível atalhar a maior parte destas destruições porque na colina de Maximinos apenas as ruas tinham sido delineadas. Mas havia um problema: embora a Câmara tivesse passado a ter novas gentes no poder, as estruturas técnicas eram ocupadas pelos mesmos homens. E aí o que valeu à cidade foi o facto das populações terem finalmente despertado e terem passado a manifestar-se e de os jornais começado a dar ouvidos a estas novas gentes.

E se a luta pela preservação dos vestígios romanos teve início num pequeno grupo de pessoas, a verdade é que esse grupo teve sempre consciência da importância fundamental de alargar a sua base de apoio a toda a cidade. E a verdade, também, é que a cidade respondeu muitíssimo bem a esse repto. Assim nasceu a CODEP, logo de

seguida transformada na ASPA.

Na verdade, extremamente preocupados com as ameaças que pendiam sobre vestígios importantes de *Bracara Augusta* então postos a descoberto, sem que as possíveis medidas legais ou outras fossem accionadas, quatro funcionários da recém-criada Universidade do Minho, à qual já tinham alertado sobre o que se estava a passar, enviaram em 13 de Janeiro de 1976 um telegrama à Junta Nacional de Educação pedindo “providências imediatas” para preservar e estudar as ruínas reveladas na sequência de trabalhos de urbanização “de duvidosa justificação técnica e económica” na colina do Alto da Cividade.

Quase simultaneamente, aqueles técnicos, a que se juntaram mais três cidadãos bracarense já sensibilizados para aquela situação, resolveram criar a CODEP (Comissão de Defesa e Estudo do Património) que, secundando a primeira reacção positiva da Direcção Geral de Assuntos Culturais, se propunha actuar como grupo de pressão, utilizando estratégias próprias, com as armas que tinha nas mãos, para promover a conservação e estudo dos referidos vestígios de *Bracara Augusta*.

Não é possível, no curto espaço de tempo de que dispomos, relatar o árduo e difícil combate que então se travou, recorrendo prioritariamente à imprensa, mas também esclarecendo a comunidade bracarense, colaborando com a Universidade do Minho e outras entidades competentes, pressionando a Câmara Municipal e proprietários dos terrenos para salvar o que então se consideravam os últimos vestígios da cidade romana, alvos de criminosa destruição.

De decisiva importância foi o convite dirigido ao Doutor Jorge de Alarcão para se deslocar a Braga e verificar *in loco* o que se estava a passar, o que se concretizou em 26 Março, através de uma visita à colina e a realização de um debate público amplamente participado, a que se seguiu uma reunião com a Universidade do Minho, na qual foi confirmado o grande interesse das ruínas.

(De sublinhar que em 1970, na revista inglesa *Archaeology*, J. Alarcão tinha escrito que os achados de Braga a tinham tornado “num dos mais intrigantes locais da ocupação romana em Portugal e um dos mais convidativos para escavações exaustivas”).

De imediato a CODEP promoveu uma campanha de escavações, realizada menos de um mês depois sob direcção daquele reputado arqueólogo, que validou as impressões iniciais (naquele local a UAUM localizaria posteriormente as termas do alto da Cividade e o teatro romano) e propôs que a Universidade do Minho organizasse um campo arqueológico e contratasse um arqueólogo para o dirigir.

Deve realçar-se, como resultado das acções de sensibilização da CODEP, a significativa reacção dos moradores das ruas vizinhas do local das escavações, que sentiram como suas aquelas ruínas e se dispuseram igualmente a defendê-las.

Criado o Campo Arqueológico de Braga, realizada a primeira grande campanha de escavações no verão, já dirigida por Francisco Alves e na qual a CODEP colaborou, estavam criadas as condições necessárias para se iniciar o Salvamento de *Bracara Augusta*, objecto então de medidas preventivas e legislativas essenciais.

Para confirmar ao mais alto nível o acerto do movimento de cidadãos corporizado pela CODEP, em 20 Nov. desse ano de 1976, o então primeiro ministro dr. Mário Soares afirmou na colina do Alto da Cividade perante as autoridades locais e inúmeros

jornalistas que “não se construirá mais em Braga sobre ruínas romanas”, confirmando o que no dia anterior tinha dito o Ministro da Administração Interna, cor. Costa Brás: “os valores arqueológicos serão defendidos e preservados. Se for preciso recorrer a demolições, haverá demolições; se for necessário expropriar, haverá expropriações”.

Devemos sublinhar com ênfase que o êxito deste movimento de cidadãos só se tornou possível porque então se viviam os primeiros anos de Abril, em verdadeira democracia, o que tinha permitido a plena liberdade de expressão e de associação. Foram estas algumas das “portas que Abril abriu”.

Porém a CODEP não deu aqui por terminada a sua missão. Um novo e desafiador caminho se abria à sua frente, tal como se previa no seu documento de apresentação pública, datado de 3 Fev. 1976 e que teve como consequência a fundação da ASPA, que se propunha defender, estudar e divulgar o património cultural, prioritariamente no espaço geográfico que constitui os distritos de Braga e Viana do Castelo, os nobres objectivos que, na manhã de 29 de Janeiro de 1977, levaram 10 cidadãos (os 7 da CODEP, mais 3 que entretanto se lhe agregaram) ao Cartório Notarial de Braga com a finalidade da sua constituição formal.

Nos seus estatutos ficou consignado o firme propósito de a recém-criada associação actuar “*com total independência e isenção cultural, científica e técnica, face aos órgãos de poder e face a todas e quaisquer ideologias*”, podendo “*recorrer a todas as formas de intervenção que entender adequadas*” para a prossecução das suas finalidades.

Na nota introdutória aos “Estatutos” sublinhava-se “*o muito que Braga, a sua região e todo o país*” poderiam beneficiar com a actuação da ASPA, “*se o querer e o entusiasmo dos que a formam não esmorecer*” no cumprimento dos desígnios que estiveram na sua origem.

Trinta e sete anos passados podemos afirmar, com evidente orgulho, que todos quantos têm militado generosa e denodadamente na ASPA souberam, ao longo do tempo, honrar e desenvolver para além do imaginável os propósitos dos seus fundadores, realizando uma actividade contínua, firme e corajosa, que a transformou numa referência incontornável no seio do associativismo cultural português. Tal ficou a dever-se à persistência, determinação e coerência das suas tomadas de posição públicas, sempre ancoradas em órgãos directivos coesos e solidários e num notável grupo de associados, com as mais diversas formações académicas, que lhe acrescentou visibilidade e credibilidade.

Num texto divulgado em 1982 demos a conhecer, de uma forma muito didática, o conceito de Património Cultural que defendíamos:

“Mas afinal o que é o PATRIMÓNIO CULTURAL, de que hoje tanto se fala?

Trata-se de um conceito difícil de explicar, por vezes ambíguo, de contornos mal definidos.

Podemos dizer que o Património Cultural é a própria biografia de um povo, o seu bilhete de identidade.

Património Cultural é a herança que recebemos e que, como todas as heranças é para ser usufruída e não para desperdiçar, deve ser conservada e valorizada.

É uma herança material (o património construído, as diversas manifestações artísticas) e espiritual (a tradição oral).

Património Cultural é ainda o legado que um povo transmite ao futuro.
É o vestígio material que tem uma marca própria, uma raiz comum, uma identidade.

Património cultural é a língua, a nossa língua e todas as suas variantes dialectais.
É o grande monumento (castelo e catedral, solar e mosteiro), a capelinha rústica, a pequena casa rural.

É a cidade histórica, a pobre aldeia serrana.
São as casarotas da branda de Vale de Poldros e as casas de “brasileiros”
É a anta e o castro, o cruzeiro, o coreto e as alminhas. O espigueiro, o moinho de vento, a azenha e o arado.

São as fábricas antigas e as escondidas oficinas artesanais.
A arrecada. O brinquedo de madeira e o tecto trabalhado, o batente de porta, o ferro forjado, os azulejos.

Os cristos de Rosa Ramalho e os bonecos das Caldas, o órgão e o cavaquinho.
A pintura de Grão Vasco e os ex-votos.
A música de Carlos Seixas e as baladas do Zeca, o vira minhoto e o cantar alentejano.

“Os Lusíadas” e a (desaparecida) literatura de cordel.
A fotografia amarelecida perdida num álbum, os jornais em que o avô colaborou esquecidos no sótão.

As lendas, os provérbios, as adivinhas.
O vinho verde e os bolinhos de bacalhau.
Os licores caseiros, as compotas, as velhas mezinhas tradicionais.
Os fidalguinhos de S. Vicente e as frigideiras do Cantinho.
O combate da Coca em Monção, a vaca das cordas em Ponte de Lima, o auto de Floripes nas Neves.

O Património Cultural é colectivo e nacional, intemporal, personificado.
O Património Cultural é a própria explicação de um povo”.

As batalhas travadas contra inimigos perfeitamente identificados, insensíveis e traiçoeiros, na defesa, estudo e divulgação do património cultural e natural minhoto, saldaram-se na maior parte dos casos em resultados francamente positivos.

Bracara Augusta e o Mosteiro de Tibães, o Parque Nacional da Peneda Gerês e o rio Cávado, o cine-teatro de Fafe e o Estádio 1º de Maio, as Sete Fontes, o Recolhimento das Convertidas, o edifício da Câmara Municipal de Braga, a capela de Guadalupe, o elevador do Bom Jesus, são alguns dos muitos monumentos, sítios ou espaços naturais que mereceram a atenção esclarecida e esforçada da ASPA, tendo a associação contribuído decisivamente para a sua preservação, valorização ou estudo e, em diversos casos para a própria classificação

Seria suficiente o contributo fundamental da ASPA no projecto de estudo e salvamento de *Bracara Augusta*, uma das maiores e mais notáveis cidades romanas da Hispania e do Império, para que a associação ficasse na História da Arqueologia e da cidade. O aniquilamento dos vestígios da urbe que outrora foi capital da *Callaecia* – e alguns não conseguimos evitar, como sucedeu com a destruição de uma *domus* romana junto à Fonte do Ídolo - teria sido uma catástrofe patrimonial e científica no

que diz respeito ao conhecimento do domínio romano na Península Ibérica. O teatro de *Bracara Augusta*, que a UAUM revelou no espaço contíguo às termas (onde tudo começou) e tem estudado continua a ser o único conhecido no Noroeste Peninsular, sendo já conhecida a localização do anfiteatro.

A batalha pela compra e valorização do Mosteiro de Tibães e da sua Cerca, uma das jóias do património monástico português é também um processo único pelos resultados obtidos, demonstrando, como poderia parecer inicialmente, que não nos fixámos num determinado período histórico e num assunto específico. De entre os episódios relacionados com luta por Tibães pode recordar-se a denúncia da compra pela C. M. Braga, e sua descuidada transferência para o centro da cidade, do chafariz do Terreiro de S. João (que depois se comprometeu a devolvê-la ao local de origem, o que efectivamente aconteceu) ou a aquisição feita pela ASPA, a um antiquário, de 2 retratos de abades do mosteiro, pertentes à sua sala do Capítulo, situação que culminou com uma conferência de imprensa através da qual demos publicamente a conhecer o que se estava a passar (posteriormente a associação ofereceu os retratos ao mosteiro). Actualmente Tibães e a sua Cerca não são apenas um lugar de atracção turística mas também um polo dinâmico no âmbito científico e na sua relação com a comunidade local.

Estes dois exemplos são aliás significativos porque relevam que a ASPA, para além de ter alcançado o seu objectivo prioritário, abriu espaço à criação de novas estruturas ou incentivou o aparecimento de outras associações que se encarregaram de aprofundar a intervenção inicial e asseguraram a continuidade de projectos de estudo e valorização do Património Cultural e Natural em Braga e no Minho.

A recolha de arquivos fotográficos (Manuel Carneiro, Arcelino) ou a salvaguarda de núcleos documentais (Teatro Circo), devidamente encaminhados para as instituições da especialidade (Museu Nogueira da Silva, Biblioteca Pública de Braga), o apoio a actividades de museus (Biscainhos, MNS) foram operações que a ASPA ousou conduzir com êxito.

A publicação de 18 números da revista *Mínia*, incluindo entre os cerca dos seus 100 autores alguns dos nomes mais importantes dos especialistas portugueses das temáticas em questão, a edição de estudos sobre a Capela de S. Frutuoso, o Mosteiro de Tibães, a Jeira, o rio Cávado, a toponímia, os cartazes das festas de S. João, a indústria dos damascos e os postais ilustrados de Braga, a organização dos “*Dispersos*” de Manuel Monteiro e das “*Actas do 2º Encontro das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural*” (Braga, 1981), a divulgação de desdobráveis sobre S. Frutuoso, a capela dos Coimbras ou os carvalhais atestam a investigação produzida pela ASPA e seus associados.

O pedido fundamentado de classificação de imóveis bem como a organização de variadas exposições e a realização de inúmeras visitas guiadas a Braga, Minho e Trás-os-Montes e outros locais do país (mata da Margaraça, Arganil) e da Galiza, encontros e conferências, a eleição das “*Maravilhas e Pesadelos de Braga*”, sempre acompanhadas de catálogos, cadernos de documentação ou textos na imprensa, mostram como a ASPA procura proteger, estudar e divulgar a herança cultural por cuja conservação e transmissão se sente responsável, tendo sido iniciativas que encontraram sempre um eco muito assinalável junto da população.

A intervenção constante através da imprensa e, nomeadamente, a manutenção desde 1984 da secção ENTRE ASPAS no *Diário do Minho* (mais de um milhar de textos publicados, de que já resultou a edição de um volume antológico) decorrem da atenção permanente que o quotidiano do nosso sempre ameaçado património cultural e natural merece dos associados da ASPA.

Para nós, escrever é intervir, denunciar, dar testemunho ou obrigar a reflectir, uma arma de que não abdicamos e que tem encontrado no *Diário do Minho* um imprescindível e generosa guardida.

Não podemos no entanto esquecer que houve situações em que os interesses nebulosos e inconfessáveis que, em sinistras e inesperadas cumplicidades e numa inexplicável promiscuidade, têm governado Braga, acabaram por prevalecer, gorando as expectativas da ASPA e de muitos cidadãos, mutilando páginas da nossa memória colectiva.

Foi o caso dos Granjinhos, do Hospício de S. Bento, das velhas fábricas de chapéus (em Guimarães, Santo Tirso, S. João da Madeira hoje recuperam-se antigas fábricas, transformadas em espaços culturais), da Torre de Menagem (que era a nossa sede e da qual fomos expulsos pela autarquia, depois de processos maquiavélicos que levaram à destruição de parte do seu arquivo e património), da Avenida Central e do Campo da Vinha, da Quinta dos Peões, do palacete “brasileiro” de Matos Graça, da oitocentista casa da Orge, da Barbearia Matos entre muitos outros edifícios destruídos ou espaços descaracterizados (Salão Egípcio) – mas todos eles ficaram marcados pela intervenção indignada, necessariamente agressiva, quase sempre pedagógica da ASPA, que tudo fez para evitar a consumação de alguns crimes execráveis. A história nos dirá – se os tribunais um dia não o fizerem – de que lado estava a razão, mas há crimes que nunca prescreverão.

Defender o património cultural é, para nós, um exercício de cidadania, uma causa que tem mobilizado centenas de membros da comunidade. Por essa razão a ASPA nunca hesitou em tornar públicos os atentados artísticos, urbanísticos e ambientais que não só alegadamente ferem a legalidade, como ameaçam a qualidade de vida das pessoas e o futuro da comunidade, por isso andou por tribunais, viu os seus membros ameaçados, agredidos, prejudicados profissionalmente.

Numa cidade em que as intervenções livres dos cidadãos foram até há pouco minorizadas e ignoradas ou mesmo hostilizadas, a ASPA, contra ventos e marés, há 37 anos que mostra, no terreno, que é verdadeiramente uma Instituição de Utilidade Pública, como foi reconhecido pelo Governo em 2002, depois de um longo e moroso processo em que teve parecer negativo e forte oposição da Câmara Municipal (o pedido tinha sido feito em 1997!).

São, infelizmente muitas as ameaças que pendem sobre o património e ambiente da cidade de Braga e sobre o território do Minho. A principal batalha em curso é ainda a defesa das Sete Fontes, em que se articulam o património, a água, o ambiente e a qualidade de vida dos bracarenses. Foi a ASPA que em 1995 propôs a classificação do complexo setecentista de abastecimento de água à cidade. O processo foi muito moroso, eivado de inacreditáveis episódios. Apesar de logo naquele ano o IPPAR ter definido medidas cautelares de protecção, a revisão do PDM em 1998 ignorou que o processo de classificação estava em curso. A partir de 2000 multiplicam-se os “Entre Aspas” em

que fomos dando conta das situações danosas que se vão detectando e que seria ocioso agora referir. Em 2003 há um despacho do Ministério da Cultura homologando o pedido de classificação, embora em 2005 se tenha dado início à construção do novo hospital de Braga, o que irá provocar danos irreparáveis no conjunto. Em 2009 o IGESPAR dá a conhecer a Zona Especial de Protecção, mas a C. M. Braga propõe uma via de acesso ao hospital, ignorando a ZEP.

A ASPA não desiste e às suas campanhas de informação e sensibilização juntam-se a Junta de Freguesia de S. Vítor e uma associação mais voltada para as questões ambientais, a JOVEMCOOP, sendo depois constituído um grupo de cidadãos que irá organizar em 2010 uma petição popular, a qual, reunindo mais de 4000 assinaturas é levada à Assembleia da República. Aí o Grupo de Peticionários, que inclui um membro da associação, é extremamente bem acolhido pelo Presidente da AR e grupos parlamentares e, cumpridos os trâmites normais, o relatório da Comissão de Ética é aprovado por unanimidade pelo plenário, pedindo a imediata classificação das 7 Fontes.

Em Braga, com a ASPA sempre presente multiplicam-se as marchas e as visitas de estudo, culminadas por um “abraço” em que as 7 Fontes são envolvidas por centenas de cidadãos.

Finalmente em 25 maio 2011 (7 anos depois do pedido de classificação!) é promulgado um decreto que classifica as Sete Fontes como monumento nacional, sendo dois meses mais tarde publicada a sua ZEP, o que ainda não consegue comover a CMB.

Só após as eleições autárquicas de 2013, com a vitória de outra força política, é suspenso o PDM daquela zona, esperando-se agora que seja aprovado um plano de pormenor de salvaguarda e criado um parque monumental.

Este foi o último, certamente que não o derradeiro, combate da ASPA, sobre o qual um número da “Mínia” de iminente aparição publicará um completo dossier.

Como foi escrito num recente “Entre Aspas”, “A defesa do património que preconizamos consiste num projecto de cidadania que se propõe tornar verdadeiramente de todos aquilo que nos é comum e que não pode nem deve ser apropriado por alguns: o território onde nos enraizamos, a memória do que nos antecedeu; a identidade colectiva mesmo que multifacetada, em que nos constituímos; os edifícios e os sítios que conjugam em si esse território, memória e identidade de costumes. Tal projecto de cidadania incide totalmente no presente, mesmo se se inclina para o passado, mas projecta-se no futuro” (“Diário do Minho” 30 Dez. 2013).

Numa época em que poucos perseguem utopias, não queremos descreer do presente nem desistir do futuro, porque acreditamos que a cidade ideal, “sem muros nem ameias”, ainda é possível.

Bibliografia essencial

NUNES, Henrique Barreto (1993), Para a história do salvamento de *Bracara Augusta* – 2 a intervenção da CODEP, *Mínia*, 3ª s., 1, Braga, ASPA, p. 5-29

NUNES, Henrique Barreto; SANTOS, Ademar Ferreira dos (1999), coord., *Entre Aspas (1984-1991)*, Braga, APPACDM

Mínia. Braga, ASPA, 2 série, 1/8, 1978-1986; 3ª série, 1/13, 1993-2014

Sítio: www.aspa.pt

Blogue: aspa35anos.blogspot.com

Facebook: ASPA PATRIMONIO



Fig. 1- Por iniciativa da CODEP, em 26 Mar. 1976 o doutor Jorge de Alarcão visitou o Alto da Cividade, comprovando a grande importância dos vestígios de Bracara Augusta postos a descoberto pelas obras em curso. Reconhecem-se M. Mendes Atanázio, Amadeu CArvalho, Álvaro Cameira, Henrique B. Nunes e Egídio A. Guimarães (membros da CODEP); Prof. Lúcio Craveiro da Silva (Universidade do Minho); Eng. Álvaro Ferreira (C. M. Braga) e Arq. Mendes dos Santos (Com. Mun. de Arte e Arqueologia). A fotografia é de autoria de Eduardo P. Oliveira (CODEP).

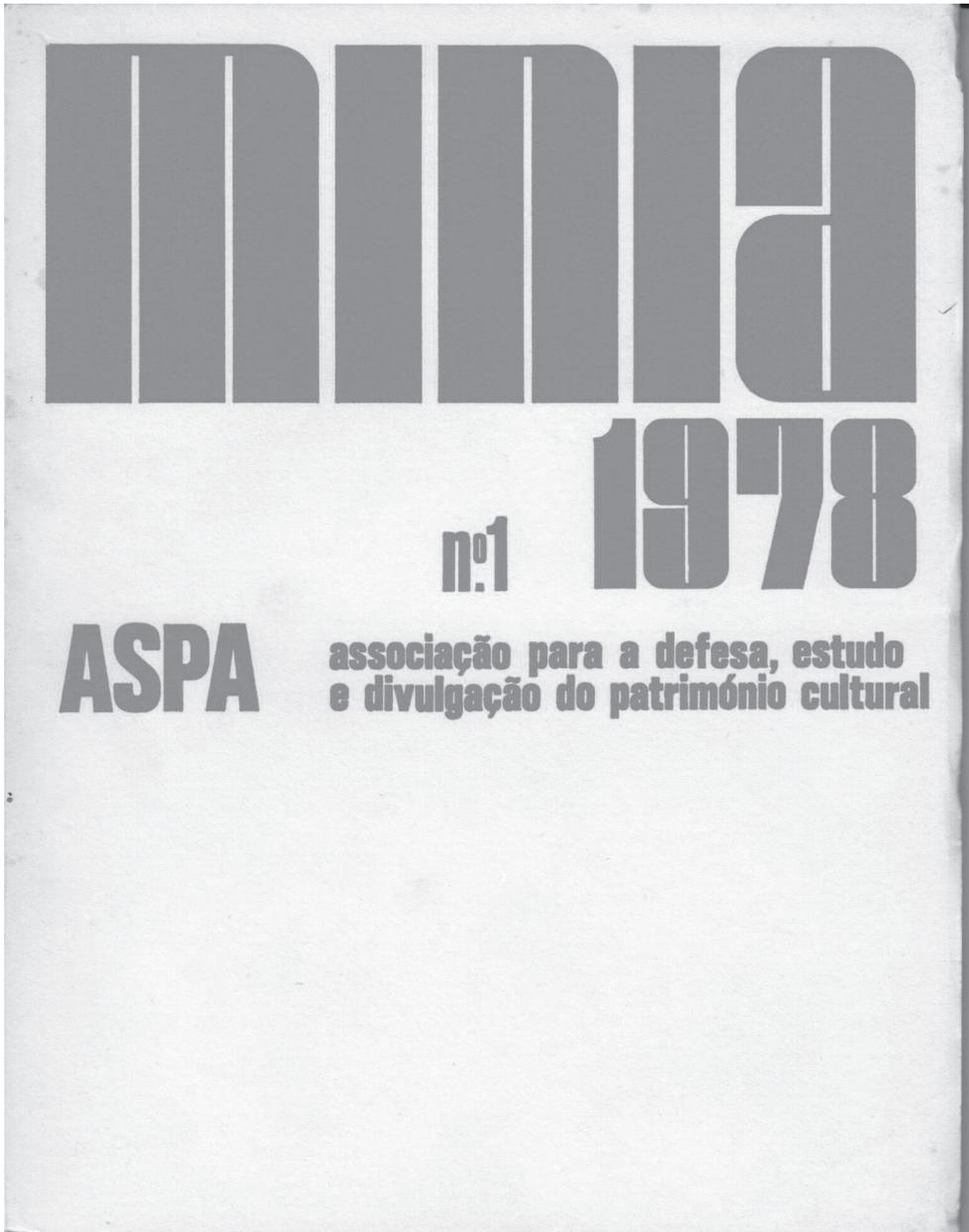


Fig. 2- Minia, 1. 1978

ENTRE ASPAS

1984 - 1991

ASPA

associação para a defesa, estudo e divulgação do património cultural e natural



EDIÇÕES APPACDM DISTRITAL DE BRAGA

1999

Fig. 3- Entre Aspas 1984-1991. Selecção



Fig. 4- Retratos de Abades do Mosteiro de Tibães adquiridos pela ASPA e posteriormente doados ao Mosteiro de Tibães



Fig. 5- Braga: Sete Fontes

